

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)



José Luís  
Moreira da Silva

## Editorial

### Democracia e Bom Senso

A Democracia é um sistema difícil e complexo que requer, não apenas cidadãos informados e conscientes dos seus direitos, mas também dos seus deveres, enquanto membros da sociedade em que se inserem. O exercício da Democracia não é, por isso, fácil. Como já referia Aristóteles, o sistema democrático tende facilmente a tornar-se corrupto pelo seu mau uso. Churchill classificava-o como “o pior dos sistemas – à excepção de todos os outros”. Pela consciência desse facto, sempre, ao longo dos séculos, se tentou rodear o sistema dos necessários controlos, de forma a evitar a sua corrupção e subversão, com o predomínio de um poder sobre os demais, ou mesmo da chamada “ditadura da maioria”.

A Democracia portuguesa que vivemos tem 31 anos, idade adulta para os Homens, mas idade menor para um sistema político! Principalmente quando Portugal não tem uma grande história de democracia, sempre estando mais habituado a confiar os seus destinos à providência de um homem, elevado a semideus, todo-poderoso, clarividente e sapiente. Os portugueses ainda hoje esperam por aquele que há-de vir, iluminado, rodeado ou não de bruma, para nos mostrar o caminho da salvação. Até lá estão dispostos a esperar, pacientes e conformados, aceitando o destino que outros tecem em nome de todos.

É urgente, por isso, a pedagogia democrática, o insistir na responsabilidade institucional, na participação de todos na definição dos destinos colectivos. Numa Democracia partidária, típica do Mundo ocidental, em cujos valores nos inserimos, é fundamental saber participar activamente, em liberdade, no momento da formação das decisões, demonstrando todos os pontos de vista que se defendem, como é igualmente importante saber aceitar a vontade da maioria, principalmente quando se fica vencido, trabalhando a partir daí em conjunto, vencedores e vencidos, para o objectivo comum. Não fazer isto significa repudiar o cerne da Democracia, a auto-exclusão e o fim a curto prazo da instituição em que se insere, seja a comunidade País, seja o Partido, seja uma Sociedade Civil.

Esta reflexão filosófica vem, hoje, a propósito da escolha dos candidatos a autarcas! Como no passado ou no futuro se aplicava ou se aplicará à escolha de quaisquer outros candidatos, designadamente Deputados. Não saber aceitar a vontade dos órgãos democraticamente eleitos, apenas porque essa vontade não coincide com a nossa, demonstra falta de espírito democrático e muito pouco bom senso! Não se trata de excluir ninguém, mas de escolher e fazer opções, responsabilizando-se pelas decisões tomadas. Isso é fazer Política.

Esperemos que haja Democracia e bom senso, é o nosso desejo profundo!

## No Debate Mensal



# Questionado por Marques Mendes, Sócrates hesita e adia

(pags.2 a4)

## Saldanha Serra

Uma política de cooperação para um novo século

(Pag.5)

## Regras de candidatura autárquica

(Pag. 6)

## Carta de Marques Mendes aos Militantes

(Pag.16)

Marques Mendes no Parlamento

# O Primeiro-Ministro socialista foi evasivo e não concretizou respostas a perguntas concretas

Na sexta-feira passada, a Assembleia da República registou o primeiro dos debates mensais do Primeiro-Ministro, tendo o actual detentor do cargo escolhido como tema principal a Justiça Portuguesa.

Este é um tema caro ao PSD, que sempre procurou um acordo de regime com os outros partidos, para poderem ser tomadas medidas de profunda reforma, num sector do qual depende, de uma forma ou de outra, a quase totalidade dos cidadãos, a sua qualidade de vida e até o desenvolvimento económico.

Ouvída a exposição inicial de Sócrates, que falou de algumas medidas que se podem considerar avulsas, entre elas a redução de dois para um mês das “férias judiciais”, foi a vez do líder do maior partido de Oposição – o nosso PSD – iniciar a ronda de perguntas.

O Dr. Marques Mendes começou pelos cumprimentos protocolares, recordou que, sendo a primeira vez que tomavam parte nestes debates – José Sócrates como PM e ele como Presidente do PSD – lhe apresentava por isso as suas saudações. Após essa introdução, disse:

«O PSD saiu do seu último Congresso com uma ideia publicamente assumida: a ideia de que é particularmente vantajoso para o País, a celebração de um pacto para o desenvolvimento, em torno de três áreas essenciais: a Reforma da Justiça, a Reforma do



representação Partido Socialista.

«Perguntar-se-á, em primeiro lugar, porquê esta mudança de opinião? Já não é importante, aquilo que antes era importante?

«Senhor Primeiro-Ministro, para além da Justiça há, de facto, ainda duas outras áreas: as Reforma do estado e das Finanças Públicas. São três questões centrais que condicionam o nosso desenvolvimento.

«Claro que o Governo pode seguir o seu caminho sozinho: tem uma maioria absoluta na qual se pode apoiar. Mas há outro caminho possível, nestas três áreas condicionantes: é o caminho de envolver várias forças políticas, num caminho alargado. Do meu ponto de vista, este caminho tem a vantagem de permitir que estas reformas se façam com a profundidade que verdadeiramente reclamam; que perdurem para além de uma legislatura, independentemente da mudança de Governo.

**Até ao momento, os anúncios que o Governo tem feito, significam aumento de despesa e em nenhum caso significam redução de despesa.**

«Julgo que este caminho é, porventura, o mais importante e mais sólido para o País, o que garante estabilidade destas políticas. Por isso lhe vou perguntar directamente: está o senhor Primeiro-Ministro disponível para, com o PSD e outras forças políticas, tratar de um processo de convergência em torno destas três áreas essenciais? A resposta não é tão importante para o PSD; mas julgo que é muito importante para o País.

«E já agora, senhor Primeiro-Ministro, por falar em caminhos: o caminho que o Governo seguiu, esta semana, de denunciar publicamente o protocolo celebrado com as Misericórdias portuguesas, parece-me um mau caminho e merece do PSD o maior dos reparos.

«Ao agir como agiu, o Governo deu, das Misericórdias Portuguesas, uma imagem de desconsideração e mesmo de desprezo pela sua acção. Acho que é uma imagem que as Misericórdias Portuguesas não merecem.

«A verdade é esta, senhor Primeiro-Ministro: o

Governo pode achar que não precisa das Misericórdias para nada; mas o País – que é mais importante que qualquer Governo – esse, sim, precisa muito e vai continuar a precisar, no futuro, da acção notável das Misericórdias de Portugal.

«Terceira questão: a da despesa pública. O senhor Primeiro-Ministro tem repetido à exaustão, neste mês e meio de Governo, que a redução da despesa pública é um pilar essencial da sua política. Não podemos estar mais de acordo!

«Só que não chegam boas intenções! Não chegam bons propósitos. São precisas medidas concretas, que traduzam, no concreto, esses propósitos. Até ao momento, os anúncios que o Governo tem feito, significam aumento de despesa e em nenhum caso significam redução de despesa.

«Por isso julgo que é importante que os Portugueses saibam isto: onde é que o Governo vai cortar na despesa? Em que sectores vai cortar? Quando vai cortar? Agora ... mais tarde ... depois das eleições autárquicas?

«Senhor Primeiro-Ministro: julgo que o silêncio é comprometedor e o esclarecimento é essencial

«E mais concretamente, o caso das SCUT's – as chamadas auto-estradas sem portagem! Não se trata agora de litigar sobre qual é a melhor posição, a do PS ou a do PSD. O PSD perdeu, o PS ganhou, é o Governo que tem de aplicar esta medida, logo, não vai haver portagens!

«Isto custa, no ano de 2005, 321 milhões de Euros ao Estado. De 2006 até 20023, custa por ano 700 milhões de euros. Pergunto, portanto, ao senhor Primeiro-Ministro, como é que o Governo vai financiar estes custos?

«Vai aumentar o imposto automóvel!

«Vai aumentar o imposto sobre os combustíveis, como sugeria o Governador do Banco de Portugal?

«Vai aumentar outros impostos?

«Também esta é uma pergunta concreta, que só pode ter uma resposta concreta!

«Por último, ainda a questão dos referendos: o senhor Primeiro-Ministro, no seu discurso de posse, disse que era “urgente” a questão do referendo europeu e avançou logo com uma data concreta para a sua realização. Acho que fez bem e teve o meu acordo.



estado e a Reforma das finanças públicas, porque todos compreendem a necessidade e a urgência de reformas nestas três áreas.

«Congratulo-me, por isso, pelo facto do senhor Primeiro-Ministro ter trazido hoje, para este debate, o primeiro dos temas por nós seleccionados: o tema da Justiça. Julgo que não o fez pelos factos ocorridos durante a semana, com confusões em redor de um Ministro do seu Governo, ou outros casos que chocaram a opinião pública.

«Trouxe-o – e acho que fez bem – porque é um tema sério. E as medidas que anunciou, logo que aprovadas e chegadas a este Parlamento, terão, da nossa parte, toda a abertura na nossa análise e tratamento, como ainda hoje outras análises e intervenções o farão.

«Mas quero aqui sublinhar e registar, neste momento, que o senhor Primeiro-Ministro não teve uma única palavra para oferecer a sua disponibilidade e a do seu Governo, para o estabelecimento de um pacto de Justiça com outras forças políticas, num consenso mais alargado, nomeadamente com o PSD.

«Matéria que – como o senhor Primeiro-Ministro sabe e é público – tinha sido tratada pelo anterior Governo, com aplauso geral e contando com uma

Marques Mendes no Parlamento (conclusão)

## Não se compreende que o P.M. não transmita as prioridades em matéria de referendos

«Mais tarde, porém, o seu Partido veio, sobre esta matéria invocar a urgência e mesmo a maior urgência, a realização do referendo sobre o aborto. Sobre esta matéria, o senhor Primeiro-Ministro tem-se recusado sistematicamente a apontar uma data e a invocar uma prioridade.

«Eu pergunto-lhe, aqui e agora, isto: afinal, em que ficamos? Qual é, para si, o referendo prioritário? Qual é, para si, a hierarquia e a ordem de prioridade destes dois referendos?»

«E não me venha dizer que a questão da convocação e de datas da convocação dos referendos são com o senhor Presidente da República, porque já o eram para o referendo europeu e mesmo assim o senhor avançou com uma data.

«Termino com estas perguntas concretas, esperando para elas respostas concretas. Sobretudo, fazendo um voto para que o Governo comece, finalmente, a governar...»

**«Seria que o País soubesse, ao menos, como é que o Governo vai financiar os custos das SCUT's»**

As respostas concretas que Luís Marques Mendes esperava, não vieram. Durante 9 minutos, José Sócrates fugiu a respostas directas, esgrimiou com habilidades dialécticas, torneou as questões das Misericórdias e dos referendos, e evitou totalmente referir-se às despesas com as SCUT's e ao aumento de impostos que eventualmente terão de ser feitos para as pagar.

Na sua segunda ronda de perguntas, o presidente do PSD disse:

«Senhor Primeiro-Ministro: mantendo a mesma serenidade de há instantes e abordando as questões de factos concretos, que aqui interessam, volto à questão dos pactos, ao que diz respeito à Justiça e à



minha proposta de os alargar a outras áreas.

«O Governo tem pleno direito de seguir o caminho que entender seguir. Pelos vistos, escolheu o caminho de agir sozinho com a sua maioria absoluta: obviamente que nas matérias que exijam dois terços dos votos – o Senhor de la Palice não o diria melhor – terá de procurar outros consensos com outros partidos.

«Ora, a questão aqui é outra: não é uma questão da bandeira partidária, é uma questão essencial para o País. Os Portugueses interrogar-se-ão: 'então, se o Partido Socialista, quando estava na oposição, o Partido Socialista aceitou tratar com o Governo (em particular com o Ministro da Justiça), um processo

relativo à elaboração de um Pacto sobre a Justiça; e agora que está no Governo, mudou de posição e já tem a postura contrária'. Eu quero dizer-lhe que isso não dá credibilidade a um político.

«Em segundo lugar, quem sofre com isso é o País. Insisto: nalgumas questões estruturantes para o país, há toda a vantagem que se envolvam varias forças políticas. Várias, como eu disse e repito!

«E para quê? Sobretudo para que as políticas perdurem para além de uma legislatura, independentemente dos Governos e com isso dar confiança ao País.

«Depois, senhor Primeiro-Ministro, uma precisão: não é justo, porque não é verdadeiro, o senhor dizer que o anterior Ministro da Justiça não tinha apresentado qualquer iniciativa em matéria de Justiça. Isso não é verdade, porque as primeiras versões do Pacto até estavam bem avançadas, como o senhor sabe e como eu também sei!

«Apresentou propostas em matéria de Direito Penal, Código Penal, reforma do Sistema Prisional e mais... O senhor Primeiro-Ministro sabe que estavam agendadas – isto são factos – para discussão no Parlamento, no dia 5 de Janeiro, e assim teria acontecido, se não tivesse havido a dissolução.

«Mas o que fica, deste ponto, é o seguinte: há um caminho que o Governo segue; nós preferiríamos, pelo País, que o caminho fosse outro. E note uma coisa, senhor Primeiro-Ministro: não é habitual, um partido que está na oposição, oferecer-se para estabelecer consensos. O que normal é o partido que está no Governo pedir esses consensos. Eu estou a fazer o contrário; e não é o PSD que perde com isto, é o País todos que perde uma oportunidade. Veremos no futuro!

«Senhor Primeiro-Ministro: em matéria de despesa pública (e aqui o senhor enervou-se um pouco, o que eu compreendo) tem de fazer considerações de natureza geral, porque obviamente, quando eu lhe fiz perguntas de natureza concreta, o senhor não dá um único exemplo! E eu perguntei-lhe uma coisa ainda mais concreta, as SCUT's. As SCUT's, que eram uma política que o senhor anunciou na campanha eleitoral e portanto vai cumprir. E muito bem! Não o discuto, o senhor ganhou as eleições...

«Mas não seria a coisa mais legítima, que o País soubesse, ao menos, como é que o senhor vai financiar esses custos, que ainda por cima não são pequenos?»

«Até o Governador do Banco de Portugal já falou disso. Então, vão aumentar os impostos, ou não vão aumentar os impostos?»

«E por último, a questão dos referendos. Sobre isso, concorde-se ou não se concorde, a posição do PSD é muitíssimo clara: referendo europeu, primeiro; referendo ao aborto, a seguir e no próximo ano. Os militantes e simpatizantes do PSD terão total liberdade de voto; e por mim, já o tornei bem claro, defendendo a manutenção da actual Lei.

«Mas o que verdadeiramente interessa é que ninguém compreende no País, que o Primeiro-Ministro de Portugal não seja capaz de ter na cabeça e de transmitir qual a sua prioridade em matéria de referendo. Tão simples quanto isto...

«Eu sei que o assunto o incomoda. Porque é factor de credibilidade que a política tenha coerência e clareza. E eu acho que a política precisa muito de credibilidade.»



# Perguntas do PSD sem Resposta



## Perguntas do Deputado Aguiar Branco

Na segunda ronda de perguntas, foi a vez do Deputado Aguiar Branco, anterior Ministro da Justiça, cujo trabalho estava a ser reconhecido com exemplar, fazer algumas perguntas ao Primeiro-Ministro. E disse:

«Falou o senhor Primeiro-Ministro em medidas certas na área da Justiça e quase que roçou o caricato, porque na primeira vez que o Governo de V. Ex. interrompeu o silêncio, desde que está em funções, o fez na área da administração criminal, pelo sr. Ministro de Estado e da Administração Interna, foi prontamente corrigido pelo sr. Ministro da Justiça, para se chegar à conclusão que tudo tinha sido um erro, porque a medida anunciada, afinal, já estava consagrada na Lei. Refiro-me ao acompanhamento da investigação criminal nas acções da Polícia de Segurança Pública...

«Desejo-lhe mais sorte nas próximas “medidas certas” que o Governo aqui anunciou!

«A matéria de Justiça é certamente de Estado e de relevância para o interesse nacional. Daí que tivéssemos apresentado, quando estávamos no Governo, um pacto para a Justiça. Porque o Problemas da Justiça, senhor Primeiro-Ministro, contém problemas de morosidade, mas há também um problema de credibilidade.

«Essa proposta não foi apresentada – como o senhor sugeriu – num “quarto de hotel”, mas aqui, na Assembleia da República, na casa-mãe da democracia, em que tive uma reunião com o sr. Deputado Henrique Louçã, com o sr. Deputado António Filipe, com o Partido Socialista e outras forças. Foi aqui, na casa da democracia, a que eu me deslocuei para tratar dessas matérias de consenso nacional.

«E nesse passo, havia um patamar que se referia ao Governo da Justiça. Entendo que as reformas não nos devem assustar por serem pequenas ou grandes. Grandes ou pequenas, devem fazer-se as que são necessárias. E eu recordo que aquela agenda, que eu apresentei aqui no Parlamento, mereceu um largo consenso de todas as forças políticas.

«Eu conheço bem o que o Partido Socialista na altura referiu, em sintonia com o Governo. Conheço bem o que o senhor Presidente da República lançou como desafio, na ocasião, a todos os partidos representados nesta Assembleia da República. Conheço bem a disponibilidade que o Partido Socialista, então na Oposição, afirmou ter para passar matérias, mesmo de incidência constitucional. Conheço bem aquilo que a Comissão Técnica, presidida pelo dr. Galvão Teles estava a fazer sobre esta matéria.

«E já agora, senhor Primeiro-Ministro, digo-lhe que também conheço bem as medidas anunciadas por V. Exa., que constavam, na sua essência, de um Plano

elaborado pelo dr. Pinto Monteiro, que eu pessoalmente entreguei ao meu sucessor, ao seu Ministro da Justiça, dr. Alberto Costa.

«Está aberto um processo de revisão constitucional. Ninguém compreenderá que não se aproveite esta ocasião para tratar das matérias da Justiça que têm incidência constitucional. A reforma ficará coxa, se não se fizer nesta área, naquela que é essencial e no texto por excelência da afirmação da Justiça, se proceda também às reformas que dele devem constar.

«Por isso, nessa área, a pergunta é muito concreta, senhor Primeiro-Ministro: está V. Exa. em condições de assegurar que a maioria que suporta ao Governo, tenha a mesma disponibilidade que teve, quando estava na Oposição, para – na área da revisão constitucional – proceder às alterações que aprovava e que se revelem necessárias em sede de matéria de Justiça?»

Mais uma vez a resposta do Primeiro-Ministro foi evasiva, tentando desacreditar a acção do anterior Ministro da Justiça e refugiando-se em generalidades e acusações ao anterior Governo. Assim, não deu a resposta concreta que lhe tinha sido pedida por Aguiar Branco.

## Perguntas do Deputado Paulo Rangel

Finalmente, o deputado Paulo Rangel, na terceira ronda de perguntas, começou por fazer uma observação ao actual Governo, afirmando:

«Julgo que algo ficou claro, neste debate: o governo a que V. Exa. preside, não será o Governo da Reformas, antes será o Governo da “reforminhas”. E permita-me fazer, já, dois reparos: se é verdade que nesta matéria de Pactos houve algum atraso, ele – como o podem comprovar o ex-Presidente da Assembleia, dr. Almeida Santos, e os senhores deputados António José Seguro e mesmo o eng. José Sócrates, pediram mais que uma vez “alguma calma” e algum tempo, ao ministro Aguiar Branco, para dar início às negociações. Isso, em respeito a um princípio democrático de que “...a oposição estava ainda a organizar a sua liderança e que, só depois de estar devidamente organizada, é que elas poderiam começar.

«Entretanto, veio a dissolução do Parlamento. E deve dizer-se que assim que o sr. Primeiro-Ministro aqui elogiou o trabalho do anterior executivo, em sede da acção executiva, no sentido de introduzir algumas melhorias, também lhe ficaria bem dizer que, se lhe foi possível apresentar hoje estas medidas, aqui, ao fim

de mês e meio, é porque nós deixámos trabalho arduamente preparado e com todo o cerne; e que transmitimos esse trabalho, na passagem de poder, com total “fair play”, ao actual executivo. Fizemo-lo com sentido de Estado e com todo o cuidado e respeito institucional.

«Por isso não podemos deixar de estar de acordo com algo que nós ajudamos a preparar e para o qual trabalhamos, no que é verdadeiramente essencial, como verá no plano Pinto Monteiro – que lá está – e no próprio código do consumidor, também.

«Permita-me que diga: o sr. Primeiro-Ministro tem dito, recorrentemente, que aqui não vai mudar o sólido e por isso não vai fazer leis essenciais. E a única coisa que nos apresenta não é mudar o sólido, mas a mudança de leis avulsas. De pequenas leis, de pequenos artigos.

«Sem dúvida que isso terá impacto no sistema; mas o seu impacto é limitado. O verdadeiro estrangulamento não está no domínio da legislação, das leis avulsas. O grande estrangulamento está no domínio da organização judiciária, está no domínio da revisão do mapa judicial.

«Nós neste momento temos concentrado nos grandes meios urbanos, dois terços da litigiosidade e apenas um terço dos meios dos recursos. Neste momento temos cerca de 345 tribunais de Primeira Instância, com tanto de competência geral como de competência específica, quando – segundo o último relatório do Conselho da Europa, que faz esta estatística – a Bélgica tem 27, a Dinamarca tem 82, a Finlândia tem 63, a Irlanda tem 50 e a Holanda tem 19. Nós temos 345!

«Portanto, a verdadeira reforma é a revisão do Mapa Judicial. É uma reforma que não é legislativa, é uma reforma administrativa. É uma reforma de gestão, é uma reforma de Governo e que pode, porém, ter implicações constitucionais e por isso não é despendida a referência à revisão Constitucional, nem é inusitada, como aqui se tem tentado fazer crer.

«Por isso eu digo que, a respeito de organização judiciária, esta a pergunta, a única que tenho de fazer ao senhor Primeiro-Ministro (e acredite que já não é pouco): está o Governo pronto para fazer esta reforma, que é a que dói, que vai mexer com interesses instalados das autarquias? Está ou não o Governo disposto a levar por diante, como estava o nosso, a leva por diante a reforma do Mapa Judiciário e a revisão do Mapa Judicial?

«Nós cá estaremos para o apoiar, se tiver a coragem de levar por diante estas medidas!»



Portugal, os PALOP e Timor-Leste

# Uma política de cooperação para um novo século

João Pedro Saldanha Serra

A Política Externa, enquanto função de soberania do Estado, deve ser, tanto quanto possível, imune às mudanças de Governo, já que a continuidade das suas grandes linhas de acção só favorece a credibilidade de Portugal no ambiente internacional.

Neste quadro, a área da Cooperação e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento assumem papel fundamental na definição e no estatuto dos Estados perante os seus parceiros, de acordo com princípios humanitários e de solidariedade internacional que se encontram, hoje, bem consolidados na opinião pública mundial.

Para intervir nesta dimensão da Política Externa, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) constitui instrumento essencial para o êxito e eficácia da nossa actuação.

Consciente desta realidade, o anterior Governo, através da Secretaria de Estado dos

Negócios Estrangeiros e da Cooperação, imprimiu uma nova dinâmica ao IPAD, desde logo garantindo que, pela primeira vez, todos os Planos Indicativos de Cooperação para 2005/2007 e todos os Planos Anuais de Cooperação para 2005 com os PALOP e Timor-Leste estivessem aprovados e assinados em tempo útil, isto é em Janeiro do corrente ano, garantindo que a cooperação entre Portugal e estes Países se desenvolve de forma oportuna, efectiva e eficaz.

Na preparação destes Planos foi conferida prioridade às medidas de combate à pobreza e de apoio à criação de condições que propiciem o desenvolvimento (educação, saúde, sector agrícola, capacitação das instituições e dos recursos humanos), bem como à atribuição de bolsas de estudo e de formação e da mobilização da sociedade civil e do apoio às organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD), num esforço financeiro muito

significativo.

Considerando que a intervenção do IPAD não se esgota nestes Planos, foi este Instituto encorajado a desenvolver parcerias com as ONGD, os municípios, as associações representativas do sector empresarial, as empresas, as universidades, as fundações, as igrejas e outras entidades, esforço concretizado na celebração de um vasto conjunto de protocolos, como sejam com a ELO, no sentido de elaborar um estudo que permita a criação de uma Instituição Financeira portuguesa para o Desenvolvimento, a Rádio Renascença, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Instituto de Formação Bancária, a Fundação Evangelização e Culturas e o ICAM, ICA e RTP.

No sentido de tornar esta área mais acessível aos cidadãos, foi aprovada uma nova imagem da Cooperação Portuguesa, foi reformulado o *site* do IPAD, e foi criada a Loja da Cooperação,



espaço de atendimento e informação personalizada de bolseiros, cooperantes e público em geral.

Este caminho necessita ser prosseguido, desenvolvendo e reforçando os mecanismos que permitam credibilizar a Cooperação Portuguesa junto dos países a quem ela se dirige, bem como junto dos parceiros que podem apoiar o Estado Português na sua concretização.

A possibilidade de o MNE poder dispor de um conhecimento global e transversal das diversas acções e actividades compreendidas pelos Ministérios sectoriais na área da Cooperação parece essencial, avançando-se por exemplo para um Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa reformulado, que faça reflectir a totalidade dos contributos sectoriais.

A aposta na cooperação multilateral deverá ser mantida, participando na UE e noutros organismos internacionais, designadamente na OCDE, em particular no CAD, no Banco Mundial e na ONU, optimizando e racionalizando recursos, e abrindo novas oportunidades de parcerias favoráveis à cooperação portuguesa.

Finalmente, importaria fazer um esforço no sentido de garantir o aumento, sustentado, da expressão, no PIB, da ajuda aos países mais desfavorecidos.

A especial inserção de Portugal no espaço lusófono, e a sua reconhecida capacidade de “fazer a ponte” entre vários continentes, reclama uma política de cooperação capacitada para responder às novas exigências do relacionamento internacional no Século XXI.



# Princípios gerais de candidatura definidos pelo Secretário-Geral e primeiros candidatos anunciados

Quando no passado dia 13, o Presidente do PSD se reuniu, na Sede Nacional, com os presidentes de todas as distritais do partido, para o “tiro de partida” na preparação das próximas autárquicas, o Secretário-Geral, num intervalo da reunião e solicitado pelos muitos jornalistas que se tinham congregado na sala de Imprensa da São Caetano, prestou algumas declarações sobre critérios de candidaturas, que estavam a ser alvo de “afinação” na reunião.

Miguel Macedo defendeu que os actuais presidentes de câmara social-democratas, na generalidade, se devem recandidatar nas próximas autárquicas, “salvo razões ponderosas e de excepção” do “entendimento dos próprios ou do partido e das direcções políticas competentes”, tal como estava estabelecido “na moção de Marques Mendes aprovada no Congresso de Pombal”.

Ainda segundo Miguel Macedo, na reunião de Marques Mendes com os presidentes das distritais, “que serviu para arrancar em força com o processo autárquico”, ficou igualmente acordado que “até ao fim do corrente mês, serão apresentados os candidatos de todas as capitais de distrito”.

Além disso, e tal como também defendia Marques Mendes na moção que levou ao Congresso de Pombal, no início de Setembro irá realizar-se uma “convenção autárquica” com todos os candidatos à presidência de Câmaras Municipais.

Tal como ficou definido na reunião da Comissão Política Nacional imediatamente após o Congresso, foi criada uma Comissão

Nacional Autárquica que terá como função “coadjuvar a Comissão Política do partido” no desenvolvimento da estratégia eleitoral para as autárquicas, a realizar em Outubro. Esta Comissão será presidida pelo ex-presidente da Mesa do Congresso, Manuel Dias Loureiro, e integra Miguel Macedo, e o seu antecessor no cargo de Secretário-Geral, Miguel Relvas.

## Álvaro Santos apresentado como candidato por Ovar; e definição de objectivos de reforma autárquica

Na sequência das decisões tomadas na reunião a que nos referimos antes, o líder do PSD, Luís Marques Mendes, deslocou-se no dia 16, em Ovar, para fazer a apresentação de Álvaro Santos, como candidato do partido à Câmara local, enumerou o que para o PSD são «os princípios essenciais» da reforma do sistema autárquico, que considerou «não pode ser adiada mais tempo», pelo que vai procurar agendar para 28 de Abril, na Assembleia da República, a apreciação do seu projecto de reforma sobre este importante tema.

A limitação de mandatos dos cargos executivos, a realização de uma única eleição municipal, a atribuição da maioria dos mandatos a quem ganha as eleições e a aplicação das novas regras sem efeitos retroactivos são os «princípios essenciais que não se negociam», segundo Marques Mendes.



Pelas palavras do novo líder, vários comentadores concluem que o PSD quer executivos municipais homogêneos, saídos de Assembleias Municipais que disponham de maiorias estáveis.

A limitação dos mandatos é outro dos princípios, mas só para os cargos executivos, ou seja, não abrange os lugares de deputado municipal, e não tem efeito retroactivo, que o mesmo será dizer que os actuais autarcas não ficam com as recandidaturas limitadas.

«Não mudámos de posição. Somos um partido reformador também no poder local e todos falam da reforma autárquica, mas é importante passar aos actos e o PSD decidiu agendar para 28 de Abril a discussão do projecto de lei que apresentou a 16 de Março porque, com eleições à porta, a reforma não pode ser adiada», disse.

Marques Mendes questionou também a «inexplicável demora das decisões do governo para enfrentar os momentos difíceis que o país vive», acusando José Sócrates de se limitar





# Marques Mendes, em Ovar e no Oeste define objectivos e incita à celeridade no processo de escolha de candidatos

a «enumerar necessidades consensuais e reconhecidas como a de reduzir a despesa pública ou estimular o crescimento».

«Começa a ser tempo de perguntar ao Primeiro-Ministro que decisões vão proporcionar maior crescimento económico, e como, quando e onde, vai reduzir a despesa do Estado. Os portugueses querem reformas e pela nossa parte não adiarémos a clareza das nossas posições», disse.

Tecendo ainda algumas considerações sobre a vida interna do partido, Marques Mendes indicou que o PSD «será cada vez mais aberto ao exterior, capaz de ser competitivo com a sociedade» e deixou uma mensagem aos militantes e simpatizantes:

«Hoje não temos cargos para distribuir, mas convicções fortes a sublinhar».

O candidato à Câmara de Ovar, Álvaro Santos, enumerou um conjunto de propostas para o concelho, com especial enfoque na área do ambiente, como a criação de espaços verdes em todas as freguesias e a redução, em 50 por cento, das taxas de ligação de saneamento e da rede de água, bem como a isenção de aluguer de contador durante seis meses.

A revitalização industrial, a melhoria da gestão autárquica com a criação de empresas municipais, a

descentralização de serviços para as freguesias e a reabilitação urbana foram algumas das apostas apresentadas por Álvaro Santos

## No Oeste, Marques Mendes quer processo de escolha de candidatos «acelerado»

No decorrer do seu périplo pelas autarquias, Marques Mendes esteve em Torres Vedras no dia 15 e numa reunião com os responsáveis do partido na região Oeste, pediu-lhes que «acelerassem» o processo da escolha dos candidatos às eleições autárquicas «de modo a recuperar o tempo perdido».

No que foi a sua primeira visita a uma Distrital, depois de ter sido eleito presidente do PSD, Marques Mendes explicou algumas centenas de militantes e autarcas da região que estiveram presentes, que devem «recuperar o tempo perdido, de modo a estar dentro de dois ou três meses na mesma posição dos outros ou até na dianteira» para as autárquicas de Outubro.

O Presidente do PSD (que foi a Torres acompanhado pelo Secretário-Geral, Miguel Macedo), disse que deve haver uma «preocupação de rigor e muito critério, tentando escolher, naqueles casos em que ainda não são poder, candidatos que sejam capazes



de representar bem os eleitores».

O objectivo, exortou Marques Mendes, é que com isso «consigam de facto ter uma credibilidade que leve a alcançar bons resultados».

Na região Oeste, onde o PSD apenas tem a presidência de duas Câmaras (Arruda dos Vinhos e Cadaval), Marques Mendes afirmou que, além de manterem as actuais lideranças, o partido deve conquistar, pelo menos, mais um município.

A área Oeste de Lisboa do PSD é composta pelas Câmaras de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres.

O presidente do Partido nesta ocasião, reconheceu a importância de um trabalho dedicado e entusiasta na preparação das Eleições Autárquicas no Oeste, uma vez que presidia à cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos eleitos da Distrital do

PSD-Área Oeste, no que foi a sua primeira deslocação oficial a uma organização Distrital, enquanto Presidente do Partido.

Luis Marques Mendes deu posse aos seguintes companheiros:

Presidente da Mesa da Distrital :  
Dr. Duarte Rogério Pacheco;

Presidente do Conselho de Jurisdição Distrital: Dr. Carlos A. Cruz;

Comissão Política Distrital:  
Presidente: Eng.º Lélío Raimundo Lourenço;

Vice-Presidentes: Aristides Lourenço Sécio e Arq.º José Bento  
Tesoureiro: Dr. Hélder Renato Rodrigues

Vogais: Eurico Borlido; Márcio Lopes; Dr. Luís Carlos Lopes; Pedro Moreira; Vítor Pintéus; Gonçalo Nuno Rodrigues; Hernâni Santos; Eng.º Damas Antunes. – LR; fontes: Lusa



# PE aprova Relatório de Carlos Coelho sobre combate ao comércio de veículos roubados

O Parlamento Europeu aprovou hoje, em Bruxelas, o Relatório do Deputado do PSD **Carlos Coelho** sobre o **acesso ao Sistema de Informação Schengen (SIS) por parte dos serviços dos Estados-Membros competentes para a emissão dos certificados de matrículas dos veículos**.

Para Carlos Coelho, com esta aprovação, “*estão, assim, criadas as condições para que possa finalmente ser adoptado, a breve trecho, o acto jurídico que permitirá a entrada em vigor desta útil medida. Com isso contribuímos para combater a criminalidade e para reforçar a segurança dos nossos cidadãos*”.

Na intervenção que efectuou durante a discussão do Relatório, Carlos Coelho sublinhou os **números impressionantes** deste tipo de criminalidade, tendo afirmado que “*todos queremos lutar contra o furto e o comércio ilegal de veículos roubados. Trata-se de uma forma de criminalidade que tem vindo a crescer, ultrapassando 1 milhão de veículos roubados por ano, dos quais menos de 40% são recuperados*”.

Preocupa-nos este problema, acrescentou, não apenas pela sua relevante expressão económica mas sobretudo porque está **relacionado com outras formas de criminalidade, como o tráfico de drogas, armas e seres humanos**. Porque constitui uma actividade bastante lucrativa e sem implicar grandes riscos, tornou-se bastante atractiva para as redes do crime organizado.

*Torna-se, assim, urgente adoptarmos novas medidas de combate a este tipo de criminalidade. Numa Europa em que se encontram abolidos os controlos nas fronteiras internas é fundamental que exista uma resposta com medidas eficazes ao nível comunitário*”.

O Deputado social democrata sublinhou ainda que “*esta proposta pretende que as autoridades públicas de registo de automóveis tenham o direito de aceder de forma directa a determinadas categorias de dados que figuram no SIS. Por sua vez, os serviços privados de registo de automóveis terão apenas o direito de requerer um acesso indirecto, por intermédio de uma autoridade pública com acesso ao SIS*”.

Pretende-se, desta maneira, contribuir para que **o SIS seja um instrumento ainda mais importante no âmbito da luta contra a criminalidade**. É necessário controlar de forma mais rápida e eficaz, se o veículo cuja matrícula é solicitada foi roubado, desviado ou extraviado. Melhoramos, também, o funcionamento do mercado interno,

reforçando o princípio da livre circulação e consequentemente favorecendo a criação progressiva do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, bem como a realização da política comum de transportes.

Esse acesso directo permitirá evitar, em tempo útil, que os veículos roubados num país, sejam registados noutro, por vezes em menos de 24 horas, e por conseguinte que sejam legalizados. Há 2 argumentos que justificam esta medida:

- **eficiência**: estão registados vários milhões de veículos na UE. O acesso directo, permite de forma fácil e rápida controlar o estatuto legal de um veículo.

- **transparência**: actualmente, os diversos Estados Membros têm formas diferentes de controlar, no momento de registo da matrícula do veículo, se este foi roubado. Todas essas formas são mais ou menos opacas e complicadas. A solução proposta no âmbito da Convenção de Schengen é mais transparente e oferece mais garantias do que a situação actual”.

Carlos Coelho destacou ainda a importância de “*continuar a preservar a protecção de dados e a privacidade dos nossos cidadãos*”. Por isso, acrescentou, “*procurarei salvaguardar que esse acesso só poderá ser feito em relação a dados relativos aos veículos a motor com cilindrada superior a 50 cc, dados relativos a rebocos e caravanas cujo peso em vazio seja superior a 750 kg, aos títulos de registo de propriedade de veículos e às chapas de matrícula de veículos roubados, desviados ou extraviados*”.

Por outro lado, propôs que fosse suprimida a proposta de acesso aos dados relativos a documentos de identidade, como aconselhava, aliás o parecer da JSA (Autoridade Comum de Controlo) e os dados relativos a documentos oficiais em branco, que é aliás um conceito demasiado vasto e indefinido.

Deste modo, o conjunto de dados a que as autoridades competentes para a matrícula dos veículos terão acesso fica claramente definido e limitado ao que é **necessário e apropriado**”.

A este propósito, Carlos Coelho lembrou “*que a Directiva 95/46 relativa à protecção de dados pessoais é aqui aplicável, bem como as normas específicas da Convenção de Schengen sobre protecção de dados*”.

*Queremos ter a certeza, disse, que essas normas são efectivamente respeitadas e controladas. Para isso é importante que as autoridades encarregadas da protecção*



*de dados disponham de recursos suficientes para cumprir as suas tarefas e que os Estados Membros se empenhem firmemente na defesa do direito fundamental da protecção de dados*”.

Fazendo o historial do processo legislativo desta medida, Carlos Coelho lembrou que, em Abril de 2004, o Parlamento Europeu, aprovou, em 1ª leitura o seu Relatório que propunha 10 alterações à proposta inicial da Comissão. Em Dezembro de 2004 foi adoptada a posição comum do Conselho.

O Deputado acolhe de forma favorável essa posição comum e congratula-se pelo facto de seguir, no essencial, as recomendações feitas pelo Parlamento Europeu, ao ter aceite 7 das 10 alterações apresentadas.

Relativamente às alterações não aceites pelo Conselho, Carlos Coelho afirmou:

“- em 1º lugar - **a alteração 4** - não a irei manter uma vez que perde sentido pois no dia 24 de Fevereiro de 2005, o Conselho adoptou finalmente a iniciativa do Reino de Espanha com vista à aprovação de um regulamento do Conselho relativo à introdução de novas funcionalidades no SIS, particularmente no que respeita à luta contra o terrorismo.

- em 2º lugar - **a alteração 11** - também não a mantenho porque os parágrafos 1 e 3 se encontram igualmente contidos nessa decisão. Quanto ao parágrafo 2 não se encontra todavia incluído. Esse parágrafo propõe que seja registada a pessoa ou o objecto a que se refere a consulta ao SIS, o terminal ou o utilizador que efectua a consulta, o local, a data e a hora, bem como os motivos da consulta. Tratou-se de uma tentativa

de alterar as normas relativas à protecção de dados para o SIS em geral, sendo aceitável que não tenha sido, de momento, incluído no texto revisto da Convenção. No entanto, uma vez que se aguarda a proposta relativa ao SIS II, a questão deverá ser tratada no âmbito desse instrumento jurídico.

- em 3º lugar - **a alteração 10** - que prevê a apresentação de um relatório anual sobre a aplicação do acesso proposto, por parte das autoridades competentes para a matrícula dos veículos, a fim de lutar contra a criminalidade automóvel. Insisto na necessidade do Parlamento receber um relatório que lhe permita efectuar uma avaliação do sistema, de modo a poder exercer a sua função legislativa, e de autoridade orçamental.

Proponho uma formulação ligeiramente diferente, que, após uma reunião informal com a Presidência Luxemburguesa, presumo poderá ser aceite pelo Conselho. Proponho ainda que o relatório seja enviado pelo Conselho, dado que a Comissão não tem qualquer responsabilidade pela gestão do actual sistema (SIS 1+).

*Por fim, proponho ainda duas outras alterações de natureza técnica, relacionadas com a próxima adesão da Suíça ao acervo de Schengen e com o facto de entretanto ter sido adoptada a iniciativa dos Países Baixos referida pelo Parlamento na sua alteração 1º*”.

Aproveitando a presença no debate quer da Comissão quer do Conselho, Carlos Coelho chamou ainda a atenção para dois aspectos que o preocupam:

“- dado que as alterações que constam desta proposta não poderão deixar de integrar a proposta sobre o novo SIS II, é importante recordar que o Parlamento espera que essa proposta assente numa base jurídica que preveja o **processo de co-decisão**, tal como a proposta relativa ao Sistema de Informações sobre Vistos.

- gostaria também de reiterar o desejo deste Parlamento de receber futuramente mais garantias sobre o cumprimento e o controlo efectivos das normas de **protecção dos dados** previstas na Convenção de Schengen, como também no que diz respeito à Directiva 95/46”.

**Bruxelas, 28 de Abril de 2005**

Para mais informações contactar:  
José Luís Fernandes  
Telf: 00 32 22842182  
e-mail: jlf Fernandes@europarl.eu.int





# Intervenção sobre as alterações à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais

Deputado Miguel Macedo  
Assembleia da República, 28 de Abril 2005

(...)

O projecto de lei que o PSD hoje apresenta tem **1 história, tem 1 objectivo** e coloca-nos **um desafio**.

A história deste projecto é simples e clara: no final do ano passado este projecto esteve para ser aprovado, na base de uma convergência entre o PS e o PSD. A matéria chegou mesmo a estar agendada para votação ainda antes da dissolução da Assembleia da República.

O necessário acordo entre os dois partidos – PSD e PS – estava, no essencial, feito. A vontade de fazer esta reforma estava, na generalidade, assumida pelos dois Partidos.

Esta é a história recente deste projecto. Uma história que nos leva a fazer uma pergunta e a reafirmar um compromisso.

A pergunta é dirigida ao Partido Socialista: o que se passou para esta eventual mudança de ideias? O que aconteceu para ter abandonado este projecto?

Da nossa parte, da parte do PSD, o compromisso mantém-se: estamos hoje, como estivemos ontem disponíveis para, em convergência com o PS, aprovar esta lei e fazer uma reforma que há muito é desejada, reivindicada e reclamada.

**O objectivo deste projecto é igualmente claro:** ele representa um passo importante na reforma autárquica há muito prometida, há muito aguardada e há muito necessária.

É importante garantir governabilidade aos executivos municipais. Este projecto dá essa garantia. Quem ganhar eleições tem a maioria dos mandatos, condição indispensável para aplicar as suas ideias e o seu programa, sendo julgado no final sem álibis nem desculpas para as suas próprias e exclusivas responsabilidades políticas.

É importante assegurar que quem não ganha e é oposição não seja afastado dos executivos. É uma forma de as minorias acompanharem e fiscalizarem a acção do executivo. O projecto garante esse desiderato. Quem não ganha, fica no executivo, fiscaliza-o mas não entrava a sua acção.

É importante consagrar na lei o princípio



da limitação de mandatos para os cargos autárquicos executivos. É um princípio de incentivo à renovação que há anos defendemos. É um princípio saudável que prestigia o Poder Local e dignifica os próprios autarcas. Quem, como nós, defende o Poder Local, não afronta os obreiros do Poder Local. Este projecto garante, de forma clara e pela positiva, esse saudável princípio da limitação de mandatos.

Este projecto tem, assim, objectivos nobres, princípios claros, soluções equilibradas, medidas que contribuem para fortalecer o Poder Local e para prestigiar ainda mais a vida política autárquica.

Mas este projecto confronta-nos a todos, mas em particular ao PSD e ao PS – os dois Partidos indispensáveis à sua aprovação – com **um desafio**.

O desafio é este: ou aprovamos agora este projecto para ele se aplicar já nas eleições autárquicas de Outubro deste ano ou não o aprovamos e, dessa forma, desprezamos uma oportunidade que só daqui a quatro ou mais anos volta a repetir-se.

Queremos, por isso, deixar clara a nossa posição:

- **Em primeiro lugar, é importante aprovar, já, este projecto.** Ele pode não ser perfeito, mas é um passo em frente. Ele pode não ser uma solução milagrosa mas representa o consenso possível que em 2004 foi estabelecido entre o PSD e o PS. Ele não é nenhum ponto de chegada, mas pode ser um importante ponto de partida;

- **Em segundo lugar,** aprovar agora para só entrar em vigor daqui a 4 anos – nas autárquicas de 2009, como já publicamente foi sugerido – nem pensar. Seria ridículo, aos olhos dos autarcas e aos olhos dos Portugueses. Seria mais um desprestígio desta Assembleia. Por nós, queremos evitar o ridículo e tudo faremos para prestigiar o Parlamento;

- **Em terceiro lugar,** pode discutir-se ad eternum a questão da limitação de mandatos. Tanta discussão só serve, normalmente, para nada fazer e nada aprovar. Nos últimos anos estabeleceu-se em Portugal um certo consenso em torno desta limitação.

Sendo assim, como parece ser, uma pergunta carece de resposta clara: se a limitação de mandatos está consensualizada, se esta limitação é a única urgente em função da proximidade das eleições autárquicas, se esta limitação é a única que não oferece dúvidas jurídicas, então porque que não aproveitamos esta oportunidade para a consagrar?

O óptimo é sempre inimigo do bom. Abrir agora uma nova polémica em torno deste assunto só serve de desculpa para nada fazer. Será que é isso que o PS pretende? Discutir mais e mais, para nada fazer? Discutir mais e mais para de novo adiar? Discutir mais e mais só para fazer show off, tentar iludir as suas responsabilidades e no final acabar tudo na mesma?

Essa não é a nossa atitude. Por isso aqui estamos. Assumindo as nossas responsabilidades, cumprindo a nossa parte do acordado, não desaproveitando a oportunidade que temos pela frente.

Esperamos que todos – e em particular o PS – tenham os mesmos propósitos, a mesma vontade e a mesma coerência.

Ganha o Poder Local e ganha a credibilidade da política e dos políticos.

(...)

## Intervenção sobre a distribuição, fora das farmácias, de medicamentos que não necessitem de receita médica

Deputada Ana Manso  
Assembleia da República, 21 de Abril 2005

(...)  
Trata-se de uma medida no contexto da política de medicamentos, que embora possa vir a revelar-se acertada, consideramos acessória.

Esperamos que, acima de tudo, não sejam esquecidos os verdadeiros problemas da saúde, e fazemos votos para que o Governo não se detenha em “detalhes”, certamente importantes, mas não determinantes da política de saúde ou do equilíbrio do Sistema, nem tão pouco, da orientação da racionalização das despesas e da melhoria de eficiência da gestão do Sistema de Saúde.

Porém, fazemos questão de lembrar e, logo na apresentação desta primeira medida, emblemática, na área da Saúde, que entre 1995 e 2001, os gastos públicos com a Saúde cresceram 85% e no mesmo período, os gastos públicos com medicamentos cresceram acima dos 73%, com uma taxa nominal de 11% que era, obviamente insustentável, como ficou claramente provado.

As condições em que o SNS se encontrava em 2002, exigiram e levaram a uma urgente reforma na Saúde e particularmente na área do medicamento.

A política do medicamento assentou então e desenvolveu-se em quatro pilares:

- a prescrição obrigatória por Denominação Comum Internacional (DCI);

- a adopção de preços de referência;

- a receita única (uniformizada e renovável) como forma de integração da equipa de profissionais, e de liberdade do doente;

- e todo o estímulo ao consumo de genéricos.

O objectivo destas medidas foi o aumento substancial do mercado dos genéricos, gerando uma maior acessibilidade aos medicamentos e, por outro lado, racionalizando os gastos, com as devidas implicações para a saúde pública e para o desperdício dos dinheiros públicos.

Os genéricos tornaram-se uma prioridade política de vários Governos. No entanto, foi com o



Governo a continuar esta revolução com firmeza.

(...)  
Com esta proposta apresentada pelo Governo apenas podemos, quando muito, presumir.

Presumir que vão ser beneficiados os utentes com medicamentos mais acessíveis.

Presumir que vão ser asseguradas as condições de segurança e de saúde pública.

Presumir que vai ser garantida a qualidade do serviço prestado.

Precisamos é rapidamente de saber como e de que forma tudo isto vai ser posto em prática.

Estas dúvidas e preocupações, não pondo em causa o interesse da ideia, exigem a sua clarificação em prol da segurança do utente e da saúde pública.

(...)  
Finalmente, a saúde é um direito de todos e não o privilégio de alguns.  
(...)  
Não posso deixar de voltar a falar neste tema. E incentivar o actual

### O PSD PERGUNTA

#### Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre o apoio consular a várias comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo

Dep(s) José Cesário e Gonçalo Nuno dos Santos

#### Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre as Portagens do IC14/A11

Dep. Fernando Santos Pereira

#### Requerimento ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sobre a avaliação do Impacte do lançamento rodoviário Funchalinho (Almada)/

Coina (Barreiro) do IC32

Dep. Luís Rodrigues

#### Requerimento ao Ministério da Economia e Inovação

Sobre a situação da YAZAKI SALTANO

Dep. Herminio Loureiro

#### Requerimento ao Governo

Sobre a negociação dos apoios comunitários para o período 2007-2013

Dep(s) João Bosco Mota Amaral e Victor Cruz

#### Requerimento ao Ministério do Ambiente, ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional Sobre a Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Dep. José Mendes Bota

#### Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre passaporte especial de serviço – concessão ao pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Dep(s) Carlos Alberto Gonçalves e José Cesário

#### Requerimento ao Ministério da Cultura

Sobre a Premência na realização de obras de reabilitação da “Domus Municipalis” de Bragança.

Dep. Adão Silva

#### Requerimento ao ministério da Defesa e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre a regulamentação da Lei nº 21/2004, de 5 de Julho – contagem de tempo de serviço militar prestado por antigos combatentes emigrantes.

Dep(s) Carlos Alberto Gonçalves e José Cesário

#### Requerimento ao Governo

Sobre a RTP/Açores

Dep(s) João Bosco Mota Amaral e Joaquim Ponte.



## Intervenção sobre a convocação de uma consulta referendária

Deputado Luís Marques Guedes  
Assembleia da República, 20 de Abril de 2005

(...)

Passados seis anos sobre a realização dos primeiros referendos em Portugal, a Assembleia da República equaciona hoje, de novo, a apresentação de uma proposta ao Senhor Presidente da República para a convocação de uma consulta referendária.

Importa saber se o tema e o “timing” estão acertadamente escolhidos.

Sem pôr em causa a opinião pessoal que cada um possa ter sobre a questão de fundo, não tenho dúvidas em concordar que o problema da interrupção da gravidez se inscreve no rol de matérias que, a meu ver com vantagem, podem ser objecto de um pronunciamento directo de todos os portugueses.

Sempre entendi e entendo que é assunto que mexe com a consciência individual e a hierarquia íntima de valores de cada cidadão.

Como tal, deve ser decidida por todos e não por uma qualquer representação parlamentar conjuntural.

É essa, de resto, a razão pela qual o Partido Social Democrata há muito defende que a questão se situa fora da esfera de acção política e programática do partido.

Não há, por isso, nenhuma indicação de voto do partido aos seus militantes, e cada um dos Deputados que integram este grupo parlamentar está totalmente liberto de qualquer disciplina de voto, actuando de acordo com a sua consciência.

Mas se isto é assim quanto ao fundo da matéria, já o “timing” e a oportunidade desta proposta são questões essencialmente políticas que podem e devem ser clarificadas.

Depois de uma legislatura, a anterior, em que **respeitando um compromisso publicamente assumido durante a campanha eleitoral tomámos a opção de não favorecer a realização de nenhum novo referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez**, dissemos na última campanha eleitoral que não objectariámos a convocação de um referendo neste novo ciclo, caso a proposta viesse a ser colocada sobre a mesa.

No discurso de posse do XVII Governo, o Eng.º José Sócrates, que venceu as eleições com uma confortável maioria absoluta, definiu um “calendário político exigente”, segundo ele, para a primeira fase da legislatura.

Tomando como horizonte a realização de dois actos eleitorais e



dois referendos, assumiu como prioritária a convocação do referendo europeu, já no Outono deste ano, apelando mesmo a uma revisão extraordinária da Constituição para permitir a execução de um calendário tão apertado.

Pensámos nós, e pensaram os portugueses, que o novo Primeiro-Ministro sabia bem o que queria, tinha pensado no que dizia e apresentava com clareza um programa de acção.

### Para cumprir.

Não se terá levado, por isso, muito a sério, o chegar à frente do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, formulando uma outra agenda de prioridades.

Afinal de contas, quem ganhou as eleições foi o Eng.º Sócrates, não foi o Dr. Louçã ou o Dr. Jerónimo de Sousa.

Quem define as prioridades e marca a agenda é a maioria, não devem ser aqueles que recolheram menos de 7% dos votos dos portugueses.

**É assim que devia ser, mas parece que com esta maioria não é assim que é.**

Em menos de 15 dias, o grupo parlamentar do PS enredou-se numa embrulhada a reboque da agenda dos pequenos partidos à sua esquerda,

redefinindo prioridades contrárias às apresentadas pelo Primeiro-Ministro.

Diga-se, em abono da verdade, que a incoerência e a confusão instalada não foi consensual pelas bandas socialistas.

O Dr. Jorge Coelho apareceu, responsabilmente, a dizer que “o calendário, após as autárquicas, deve evitar a época em que as pessoas estão menos motivadas, deve ser muito ponderado. O PS tem maioria absoluta, tem agenda política própria, não tem de andar atrás de seja quem for. Andar demasiado à pressa não é boa solução.”

### Avisado, o Dr. Jorge Coelho.

Também o Dr. Mário Soares considerou “inconveniente” avançar já com a consulta. “Não vejo qual a necessidade que fazer já um referendo sobre o aborto. Porquê? Não é uma coisa de imediata necessidade”, afirmou.

### Por uma vez, concordamos com o Dr. Mário Soares.

Prioritário, é o referendo europeu. Defendemo-lo já no ano passado e não mudámos de opinião.

Porque a opção europeia nunca foi, e deve ser, directamente referendada pelos portugueses.

Porque é um compromisso político assumido por todas as forças políticas nacionais.

E porque, sem margem para discussão, debater e aprovar a Constituição para a Europa é um assunto da maior relevância para Portugal e para o nosso futuro colectivo.

(...)

Com toda a clareza quero aqui deixar a posição do PSD sobre a realização de uma consulta popular sobre a interrupção voluntária da gravidez.

**Se houver, nesta Câmara, uma maioria favorável à alteração da lei actual, deve ser dada a palavra aos portugueses para se pronunciarem e decidirem, através de um novo referendo.**

Em qualquer caso, **esse referendo não pode atropelar o exigente calendário político que temos pela frente, só podendo realizar-se, a nosso ver, depois do referendo europeu e depois dos actos eleitorais que já estão aprazados.**

A abstenção que esta bancada terá na votação do projecto de resolução sobre a convocação do referendo tem, por isso mesmo, este significado – não estamos contra a realização de um novo referendo, mas discordamos frontalmente da sua realização este ano.

Se a decisão final for outra, cedendo-se à vertigem de precipitar este referendo antes de tratarmos do referendo europeu, desde já fique aqui claro que isso trará necessárias consequências políticas, designadamente no plano da revisão constitucional.

### Esta nossa posição é conhecida. Reafirmo-a.

Se outros mudaram de opinião, assumirão com isso as suas responsabilidades.

Em particular o Partido Socialista, tem de ter a consciência de que recuar nas suas prioridades iniciais, a reboque de outros, para depois atirar para cima do Senhor Presidente da República o problema em que se enredou, é uma habilidade feia e uma atitude irresponsável.

### Pela nossa parte, somos e seremos coerentes.

É uma questão de credibilidade, que se joga no respeito para com as posições que assumimos.

# Victor Cruz define estratégias para as eleições autárquicas e anuncia alguns candidatos

O Presidente do PSD/Açores apresentou no passado dia 20, em conferência de imprensa, em Ponta Delgada, a estratégia dos social-democratas açorianos para as eleições autárquicas que terão lugar no final do corrente ano, defendeu a posição do PSD/Açores perante a revisão da legislação autárquica no que concerne a composição dos executivos camarários e deu a conhecer a posição do PSD/A sobre a limitação dos mandatos dos políticos.

## 1. Estratégia para as eleições autárquicas

Victor Cruz apresentou como meta do PSD/Açores para as próximas eleições autárquicas “ganhar a maioria das Câmaras e Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia da Região”.

O líder do PSD/A defendeu a recandidatura, em princípio, dos actuais autarcas, tendo em conta “o bom trabalho que têm desenvolvido em prol das populações”.

Quanto a coligações nas eleições autárquicas, Victor Cruz disse que será do critério da Comissão Política de Ilha e Comissão Política Concelhia do partido, sendo certo que não haverá coligações com o Partido Socialista.

O PSD/Açores terá um Comissão Coordenadora das eleições autárquicas, que será presidida pelo Presidente do PSD/A, e que será composta por Pedro Faria e Castro, Secretário-Geral do PSD/A, José Manuel Bolieiro, Humberto Melo, Aurélio da Fonseca, António Ventura, Pedro Gomes, Fátima Amarante, Luís Garcia e Álvaro Manito.

Esta Comissão Coordenadora acompanhará todo o processo autárquico a nível regional, cabendo a cada Comissão Política Concelhia a estratégia local, e encarregar-se-á da formação autárquica aos jovens candidatos.

## 2. Revisão da legislação autárquica

Victor Cruz lembrou que, em Outubro passado, o PSD havia chegado a um acordo com o Partido Socialista, no sentido de a limitação dos mandatos dos políticos não ser retroactiva e de a composição dos executivos camarários respeitar a diversidade dos votos dos eleitores.

O PS andou para trás, o PSD mantém a sua posição.



O Presidente do PSD/A defendeu que a legislação sobre a composição dos executivos camarários deverá ser revista no sentido de dar maior eficácia aos executivos camarários mas garantindo a acção fiscalizadora ao executivo, por parte dos vereadores eleitos nas listas dos partidos não vencedores das eleições.

Assim, o PSD/A defende que os executivos camarários devem sempre ser compostos maioritariamente por representantes do partido vencedor das eleições, mas contando, ao mesmo tempo, com a participação dos vereadores eleitos nas listas dos partidos vencidos.

## 3. Limitação dos mandatos dos políticos

Também sobre esta matéria, o PS andou para trás e o PSD mantém a sua posição, em relação ao acordado em Outubro passado.

O PSD defende a limitação dos mandatos políticos em três mandatos, mas não retroactiva, tal como acordado com o PS. Agora, o PS não poder alterar a sua posição.

Victor Cruz defendeu que a limitação dos mandatos dos Presidentes dos Governos Regionais é da competência exclusiva das Assembleias Legislativas. A proposta do PS não respeita a Constituição nem a Autonomia Constitucional. “O PSD nacional não deve ceder nesta matéria. Quando for para discutir esta matéria, será na Assembleia

Legislativa dos Açores”, defendeu Victor Cruz.

O Presidente do PSD/A defendeu ainda que a limitação temporal dos mandatos dos políticos não deverá ser retroactiva.

Referindo-se aos referendos sobre a Constituição Europeia e sobre o Aborto, o Presidente do PSD/A defendeu que o primeiro referendo que se deve realizar terá de ser sobre a Constituição Europeia e só depois sobre o Aborto. Se assim não for, já defendemos junto do PSD nacional que o nosso partido não deve chegar a nenhum acordo com o PS, sobre matérias que exijam dois terços dos votos na Assembleia da República.

## O PSD/Açores quer ajudar o Partido a ganhar as autárquicas a nível nacional

O PSD/Açores é uma grande força no Poder Local dos Açores., onde tem uma maioria clara.

Os autarcas do PSD/Açores presidem a treze das dezanove Câmaras Municipais dos Açores e a oitenta e seis das cento e vinte Juntas de Freguesia Açorianas.

Nos dezanove Concelhos, das nove ilhas dos Açores, o Partido Popular preside à Câmara Municipal do Corvo, o Partido Socialista lidera as Câmaras Municipais de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, da

Lagoa, em São Miguel, de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, da Horta, na Ilha do Faial, e de Santa Cruz das Flores, na Ilha das Flores.

O PSD/Açores está à frente dos destinos dos de cinco dos seis municípios da Ilha de São Miguel – Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste –, preside à Câmara Municipal da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, à de Santa Cruz da Graciosa, às três autarquias da Ilha do Pico - Lajes do Pico, Madalena e São Roque do Pico -, às duas Câmaras da Ilha de São Jorge – Velas e Calheta – e à Câmara Municipal das Lajes das Flores.

Assim, os autarcas do PSD/Açores lideram o poder local representando cerca de 70% da população açoriana.

O presidente do PSD/Açores, Victor Cruz, apresentou, no último Congresso Regional do Partido, em Janeiro passado, como meta para as próximas eleições autárquicas, uma vitória do PSD/Açores, propondo-se ganhar novamente a maioria das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia dos Açores.

O processo de escolha dos candidatos social-democratas às autarquias açorianas já começou e tem vindo a decorrer bem, contando o líder do PSD/Açores com a recandidatura da maioria dos autarcas de sucesso em funções - tais como a de Berta Cabral, em Ponta Delgada, José Carlos Carreiro, no Nordeste, Rui Melo, em Vila Franca do Campo, António Silveira, nas Velas, Jorge Rodrigues, na Madalena do Pico e João Lourenço, nas Lajes das Flores.

Na Praia da Vitória é dada como certa a candidatura do presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Regional, Clélio Meneses, enquanto que no outro concelho da ilha Terceira, Angra do Heroísmo, o candidato à Câmara Municipal, pelo PSD, será o ex-ministro da Agricultura, Carlos Costa Neves.

Nas palavras de Victor Cruz, “o PSD/Açores está fortemente empenhado nesta batalha, fazendo todos os esforços para contribuir para a vitória do PSD nas próximas eleições autárquicas”.

– Fonte: Gab. Imp. PSD Açores



### ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Alandroal, para reunir no dia 15 de Maio de 2005, pelas 15h00, na sede, sita no Largo da Matriz, n.º 19, Alandroal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Avaliação da situação Política;
2. Dar parecer

### ALGÉS

Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 50.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Algés, para a reunir em sessão extraordinária no dia 10 de Maio de 2005, pelas 21h00, no Auditório Municipal “Rui de Carvalho”, sito no Centro Cívico de Carnaxide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Analisar a situação política e autárquica;
- 2- Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política de Algés relativa à Presidência da Câmara Municipal de Oeiras.

### ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Espinho, para reunir ordinariamente no próximo dia 13 de Maio de 2005, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua 8 - Edifício do antigo “O nosso café”, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação das contas relativas ao exercício de 2004;
2. Apreciação da estratégia política para as eleições autárquicas de 2005;
3. Dar parecer, nos termos dos Estatutos, alínea f) do n.º 2 do artigo 50, sobre candidatura autárquicas.

### GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 11 de Maio de 2005, pelas 21h45, na sede

concelhia, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31 – Gondomar (S. Cosme), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Autárquicas 2005 – Dar parecer previsto na alínea f) do artigo 50.º dos Estatutos Nacionais do PSD;
3. Análise da situação Político-partidária.

### LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 7 de Maio de 2005, pelas 21h00, na sede Concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Análise da situação política.

### LOULÉ

Ao abrigo do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD – Loulé, para uma reunião no próximo dia 3 de Junho de 2005, pelas 20h00, na sede do partido sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- Emissão de parecer sobre a proposta de Candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Loulé apresentada pela Comissão Política de Secção nos termos estatutários.

Nota:

Será concedido um período não superior a sessenta minutos para a apresentação das candidaturas e resposta a pedidos de esclarecimento sobre as mesmas, após o que as urnas estarão abertas durante duas horas.

As listas dos candidatos devem ser apresentadas na Secretaria do Partido até às 24h00 do dia 31 de Maio de 2005, onde serão recebidas e analisadas pela Mesa de Assembleia.

### MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir extraordinariamente no próximo dia 14 de Maio de 2005, pelas 17 horas, na sede concelhia, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Debate e parecer

sobre o perfil dos candidatos aos órgãos das Autarquias Locais.

### OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 4 de Junho pelas 20h30, na sede Concelhia, sita na Rua do Foral, 61 – 1.º – Oliveira do Bairro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política da Secção de Oliveira do Bairro.

NOTAS:

A entrega das listas deverá ser feita até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, estando para o efeito aberta a sede das 22h00 às 24h00.

As urnas estarão abertas das 20h30 às 23h00 do dia do acto eleitoral.

### SABUGAL

Ao abrigo das disposições estatutárias e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Locais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção do PSD de Sabugal a reunir no próximo dia 5 de Junho de 2005 (domingo), na sede do Partido, travessa Dr. Francisco M.º Manso, n.º 6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues no período compreendido entre as 21h00 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 14h00 e as 17h00.

### SECÇÃO A

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção A, para reunir no dia 6 de Junho de 2005, entre as 19h00 e as 23h00, na sede da mesma, sita na Rua República da Bolívia, n.º 53 – 1.º Dto., na Freguesia de Benfica, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia da Secção A – PSD de Lisboa.

Nota: “As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia

respectiva ou a quem o possa substituir, na sede do respectivo órgão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral” (vide n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento Eleitoral).

### SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Sesimbra para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 14 de Maio de 2005 (sábado), pelas 21h30, no Auditório Municipal, sita no Largo 5 de Outubro, em Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e Votação do Orçamento para 2005;
2. Eleições Autárquicas 2005;
3. Informações e Análise da Situação Político-partidária.

### SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, CONVOCA-SE A Assembleia de Secção de Sobral de Monte Agraço, para reunir no dia 13 de Maio de 2005 (6.ª feira), pelas 21h30, na sede concelhia sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Análise da situação política autárquica.

### SOURE

Ao abrigo do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes para uma Assembleia de Secção que se realizará na próxima sexta-feira, dia 6 de Maio de 2005, pelas 20h00, na sede do PSD de Soure, sito na Rua das Carvalhosas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da situação política concelhia.

### VILA NOVA DE FAMALICÃO

Nos termos do disposto no artigo 50.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir na sede concelhia, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212, 3.ª sala 14, no dia 10 de Maio de 2005, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação do Relatório de actividades e contas de 2004;
3. Aprovação do plano de actividades e orçamento para 2005;
4. Análise da situação Político-partidária.



### CONSELHO DISTRIITAL de AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro, para reunir no próximo dia 5 de Junho de 2005, pelas 15h00, no Auditório Municipal de Estarreja, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Eleição do Representante Distrital no Conselho de Jurisdição 1.ª Instância
- 3- Análise da Situação Política;

#### NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior, na Sede Distrital de Aveiro do PSD.

### RIBA D'AVE

A Mesa do plenário da Secção de Vila Nova de Famalicão, convoca o Plenário do Núcleo residencial da Freguesia de Riba D'ave, a reunir no dia 04 de Junho de 2005, pelas 16h30,

na Sede da Junta de Freguesia de Riba D'ave, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Discussão da Situação Político-Partidária;
- 2- Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial.

NOTA: As candidaturas deverão ser realizadas nos prazos previstos pelos Estatutos e remetidas à Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Famalicão.

As urnas estarão abertas das 16h30 às 18h00. Após encerramento, será realizada a respectiva contagem precedida pela tomada de posse do órgão eleito.

### RUIVÃES

A Mesa do plenário da Secção de Vila Nova de Famalicão, convoca o Plenário do Núcleo residencial da Freguesia de Ruivães, a reunir no dia 04 de Junho de 2005, pelas 16h30, na respectiva Sede do Núcleo, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Discussão da Situação Político-Partidária;
- 2- Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial.

NOTA: As candidaturas deverão ser realizadas nos prazos previstos pelos Estatutos e remetidas à Mesa

do Plenário da Secção de Vila Nova de Famalicão.

As urnas estarão abertas das 16h30 às 18h00. Após encerramento, será realizada a respectiva contagem precedida pela tomada de posse do órgão eleito.

### VILA NOVA de FAMALICÃO

A Mesa do Plenário da Secção de Vila Nova de Famalicão, convoca o Plenário de Militantes da JSD de Vila Nova de Famalicão, a reunir no dia 10 de Junho de 2005(Sexta-feira), pelas 21h00, na respectiva Sede, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Discussão da Situação Político-Partidária;
- 2- Eleições Autárquicas.

### St.ª COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de St.ª Comba Dão, para reunir no próximo dia 04 de Junho de 2005, pelas 16h00, na Sede da JSD de St.ª Comba Dão, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa da Assembleia;
- 2- Eleição da Comissão Política

de Secção.

NOTA: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 1 de Junho de 2005 ( até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral).

As urnas estarão abertas das 16h30 às 19h00.

### NÚCLEO de NOGUEIRA da REGEDOURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD Nogueira da Regedoura – St.ª Maria da Feira, para reunir no dia 04 de Junho de 2005, pelas 14h00, na Sede Local, sita na Rua Joaquim Domingues, Freguesia de Nogueira da Regedoura, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Nogueira da Regedoura – St.ª Maria da Feira.;

#### NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 15h30;

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD de St.ª Maria da Feira, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Leia, assine e divulgue

# POVO LIVRE

| TABELA DE ASSINATURAS                                   |                          | BOLETIM DE ASSINATURA  |  |
|---|--------------------------|--|--|
| <b>Continte</b>   | <b>Regiões Autónomas</b> | <b>PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 213952140</b> |  |
| 6 meses.....16,21€                                      | 6 meses.....22,45 €      | Nome: _____  |  |
| 12 meses.....29,93€                                     | 12 meses.....38,91 €     | Morada: _____  |  |
| Apoio.....59,86€  |                          | Freguesia: _____   |  |
| <b>Estrangeiro</b>                                      | semestral                | anual  | Cód. Postal: _____ Localidade: _____   |
| Espanha.....  | 22,45 €                  | 38,91 €  | Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual |
| Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau..... | 29,93 €                  | 64,84 €  | Militante nº _____   |
| Outros Países.....                                      | 59,86 €                  | 94,77 €  | Junto envio cheque nº: _____   |
|   |                          | Segue Vale correio nº: _____   |  |
|   |                          | Junto numerário no valor de: _____   |  |
|   |                          | Assinatura   |  |

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

## CPS-JSD Gondomar e Núcleo JSD de Baguim do Monte organizam Pedipaper e Concurso de Cozinha



O Núcleo da JSD de Baguim do Monte, organizou, no passado dia 16 de Abril, a 2ª edição do concurso Laranjinhas na Cozinha. Esta actividade pôs à prova os dotes culinários dos seus militantes e simpatizantes no que diz respeito a doçaria tradicional.

Por sua vez o dia 25 de Abril foi o escolhido para a realização do **III Pedipaper da JSD Gondomar**. Esta actividade organizada em colaboração com o Núcleo Residencial de Baguim do Monte contou com a participação de cerca de 50 jovens que desta forma comemoraram o Dia da Liberdade. Estes distribuíram-se em 20 equipas, que durante duas horas percorreram as ruas da freguesia, descobrindo dados sobre a sua história, conhecendo o seu património cultural e colectividades. Não ficando a actividade alheia às comemorações do Aniversário do 25 de Abril de 1974, uma das etapas do pedipaper consistia no preenchimento de um quadro de palavras cruzadas alusivas a esta data.

Estas actividades animaram a secção de Gondomar, e segundo os dirigentes locais, são momentos de convívio que permitem a criação e estreitamento de laços de amizade entre militantes e simpatizantes da JSD Gondomar, que terão vital importância nos combates políticos que se avizinham.



## CPS-JSD ÁGUEDA inicia ciclo de visitas às freguesias do Concelho

Na manhã do passado dia 16 de Abril de 2005, a JSD de Águeda visitou a Freguesia de Fermentelos. Esta visita estava inserida num trabalho que a JSD tem vindo a desenvolver tendo em vista as Eleições Autárquicas de Outubro próximo.

A acompanhar a comitiva da JSD esteve Amílcar Dias, Social Democrata e actual Presidente da Junta de Freguesia de Fermentelos.

Estas visitas fazem parte da preparação das eleições Autárquicas e serão um contributo decisivo para o **Projecto Político para a Juventude Agedense**, que esta estrutura irá apresentar ao Partido Social Democrata local, dando desta forma o seu contributo para a elaboração do Programa Eleitoral.

Na próxima semana, a **JSD de Águeda** irá lançar uma campanha, na qual todos poderão dar contributos para este projecto político.

# Carta de Luís Marques Mendes aos militantes do PSD



**O Presidente do nosso Partido, Luís Marques Mendes, endereçou, na ocasião de assumir a direcção do PSD, uma carta aos militantes social-democratas, na qual afirmava:**

Como Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, eleito no recente Congresso do nosso Partido, quero dirigir-lhe pessoalmente uma palavra de saudação muito sincera e amiga.

«Somos um grande Partido. Um Partido onde livremente se confortam ideias e onde existe a coragem de, em cada momento, se fazerem as escolhas necessárias. Sempre num clima de grande vivacidade, mas também de grande solidariedade e respeito entre todos os militantes.

Temos pela frente uma grande tarefa: levar novamente o PSD ao governo de Portugal. Será importante para todos nós, mas será principalmente importante melhorar o destino de todos os Portugueses. É um caminho difícil e que leva o seu tempo, mas será garantidamente alcançado se soubermos ser persistentes, competentes, firmes na defesa dos nossos ideais, numa palavra, se soubermos recuperar prestígio e credibilidade.

«Entretanto, vamos enfrentar dois importantes desafios: as eleições autárquicas e as eleições presidenciais. Tenho a certeza que, com o empenho de todos e a excelência dos nossos candidatos, vamos vencê-las.

A nossa ambição é grande. Vamos tornar o nosso Partido mais moderno, mais activo, mais aberto aos militantes e à sociedade, um Partido renovado e preparado para encarar os novos tempos.

Conto consigo, com o seu entusiasmo e dedicação ao PSD, com as suas ideias e sugestões.

**Pode também contar comigo.**

**Um abraço amigo,**

*Luís Marques Mendes*